



CARTA ABERTA - PARA FRENTE NA LDO 2019

A mobilidade urbana diz do dia-a-dia das pessoas que vivem e se locomovem na cidade. É importante desde o momento em que a pessoa sai a pé para ir à praça do bairro fazer compras e encontra as calçadas estreitas e travessias de pedestre mal sinalizadas até os grandes fluxos nas avenidas e vias expressas e abastecimento do comércio. Com a recente greve dos caminhoneiros, vimos como o modelo rodoviário, dependente de combustíveis fósseis e incapaz de proporcionar alternativas de transporte ativo e coletivo para seus cidadãos, pode levar as cidades ao colapso. A dimensão da importância da mobilidade urbana é, também, o tamanho desafio que temos para tornar a cidade Belo Horizonte mais acessível, inclusiva e sustentável no transitar das pessoas. Por isso, viemos firmar o compromisso da sociedade civil com a construção de uma política pública participativa e voltada para avanços na mobilidade urbana, que deve estar refletida no planejamento orçamentário municipal.

A LDO 2018, que está em vigor, obteve avanços significativos na Área de Resultado Mobilidade Urbana fruto da participação de pessoas e organizações envolvidas com o tema na produção de propostas parlamentares no ano passado. Foram aprovadas pela Câmara Municipal e sancionadas, integralmente pelo Prefeito, 7 emendas à LDO. Elas tornaram diretrizes para o orçamento municipal o incentivo à mobilidade ativa e coletiva, colocando-os como prioritários sobre os modos individuais motorizados; a garantia da mobilidade sustentável e de baixas emissões; a modicidade tarifária; a pacificação do trânsito em vistas da erradicação de mortes no trânsito; a acessibilidade na mobilidade; a ampliação do transporte público em vilas, favelas e ocupações; e a realização de campanhas educativas para a mobilidade ativa.

Essas emendas aprovadas não são apenas fruto da construção popular e legislativa, mas estão em consonância com os objetivos do Plano de Mobilidade de Belo Horizonte, com o qual o orçamento público deve estar em consonância. Citamos, por exemplo, o objetivo de *proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os meios de transporte coletivos e não motorizados, de forma inclusiva e sustentável; proporcionar melhoria das condições urbanas no que se refere à acessibilidade e à mobilidade; e consolidar a gestão democrática como instrumento de garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.*



Contudo, a LDO 2019 vem na contramão dos avanços obtidos na LDO 2018 e no determinado pelo Plano de Mobilidade da cidade. O texto proposto pelo Executivo Municipal desconsidera os debates populares e legislativos do ano de 2017, dando passos para trás nas diretrizes do orçamento de mobilidade urbana e, sem mais, exclui diversas emendas aprovadas pelo Legislativo e pelo próprio poder Executivo. As diretrizes propostas para a LDO 2019 pela Prefeitura excluem as conquistas voltadas para a mobilidade urbana ativa e coletiva; as menções à modicidade tarifária desaparecem; a sustentabilidade e as baixas emissões são riscadas do texto; e a acessibilidade fica para trás.

Coloca-se em questão, assim, não só os avanços da LDO, mas, também, o papel do debate popular no planejamento orçamentário e a efetividade da participação popular. Afirmamos, mais uma vez, que não somos plateia, atuamos continuamente no ciclo orçamentário e em outros espaços de participação, porque, dessa forma, esperamos que os avanços que conquistamos, neste caso, no formato de lei, sejam de fato efetivados e não sejam revogados na primeira oportunidade pelo poder Executivo.

Começamos os debates da LDO 2019 com dois pontos claros: em primeiro lugar, não aceitamos retrocessos nas diretrizes de mobilidade urbana; em segundo lugar, queremos avanços na LDO 2019. O movimento, aqui, só pode ser para frente. Por isso, colocaremos no formato de propostas de emendas populares à LDO não só aquelas que nós já tínhamos aprovado no ano passado e o poder Executivo optou por ignorá-las, mas, também, emendas que buscam avanços na área de acessibilidade nos passeios públicos e no transporte coletivo; que coloquem como prioridade o transporte público, a pé e por bicicleta; e os tão necessários avanços na transparência, participação e controle social das políticas de mobilidade.

O mínimo esperado é a aprovação de todas essas emendas, seja porque já tinham sido aprovadas anteriormente, ou porque estão em consonância com o previsto para o PPAG 2018-2021, fruto também de debates populares e aprovação legal. Esperamos que o previsto no Plano de Mobilidade seja cumprido e transpareça no planejamento orçamentário e, especialmente, na execução orçamentária. Que as diretrizes aprovadas sejam efetivamente transformadas em políticas públicas e em melhorias nas vidas dos moradores de Belo Horizonte, levando a sério as construções populares e a necessidade de cidades sustentáveis, inclusivas e democráticas.

Nesse sentido, é necessária, também, a elaboração e publicidade do programa de metas da atual gestão, o que facilita o acompanhamento transparente pela sociedade do desempenho da PBH em relação às metas estabelecidas e



melhoradas nas revisões anuais das leis orçamentárias. Evita-se, assim, que prioridades sejam retiradas das diretrizes orçamentárias unilateralmente, como ficou claro na proposta da LDO 2019.

Vamos para frente na LDO, com transparência e respeito à participação popular durante todo o ciclo orçamentário.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2018

Projeto MobCidades

Movimento Unificado de Deficientes Visuais

Tarifa Zero BH

Observatório Social de Belo Horizonte

BH em Ciclo - Associação dos Ciclistas Urbanos de BH

Movimento Nossa BH